## 2019

### **150 YEARS OF THE ABOLITION OF SLAVERY IN PORTUGAL**

By Decree of 25 February 1869, slavery was abolished in all of the territories that composed Portugal, all slaves being declared free. The Decree was introduced on the initiative of the Marquis of Sá da Bandeira and ended a long and degrading cycle, begun in 1441 with the capture of the first black slaves on the southern coast of Cape Bojador, on the expedition to Rio de Oro, brought on ships captained by Antão Gonçalves and Nuno Tristão.

Portugal began the process of Atlantic trade, along with French, English, Spanish, Dutch, and later Brazilian and American slave traders, which lasted for more than four centuries, involving a total of between 10 and 14 million enslaved people. Its consequences radically altered the fates of two continents, Africa and America, and decisively influenced the development of the European continent. The slave trade was a target of criticism, some on moral grounds, others merely for economic reasons. When, in 1761, the Marquis of Pombal published a charter prohibiting the transportation of slaves to Portugal, its purpose was to channel the trade of enslaved people to the mines and plantations of Brazil, an intention that prevailed over humanitarian concerns, which it also considered.

The Decree of 25 February 1869 was the culmination of a legislative process, begun in 1858, aimed at the abolition of slavery among human beings in Portugal, and which had its primary proponent in Sá da Bandeira.

## Anabela Valente

Ana Cristina Leite
Curators of the project Testemunhos da Escravatura (Accounts of Slavery)

Gabinete de Estudos Olisiponenses (Lisbon Studies Office) – Lisbon City Hall

## Dados Técnicos / Technical Data

Emissão / issue 2019 / 02 / 25 Selos / stamps

## €0,53 – 100 000 €0,75 – 100 000 Design – B2 Design

Créditos / credits

#### Selos / stamps

Os pretos de Serpo Pinto, óleo sobre tela de Miguel Ángelo Lupi, 1879, soleção, Collection Museu Nacional é Arte Contemporânea – Museu do Chiado; foto/photo: Carlos Monteiro /DGPC/ADF. Grilhetas de mãos, ferro; séc. XVII – XVIII; coleção/ collection: Museu Nacional de Arqueologia; foto/photo: Luisa Oliveira/DGPC/ADF. Decreto de 25 de fevereiro de 1869, que abolia o estado de escravidão em todos os territórios da monarguía portuguesa; Arquivo Histórico Parlamentar. Cobeço de Negro, escultura em bronze de Ana da Cunha, 1886; coleção/colletion: Museu Nacional de Soares dos Reis; foto/photo: losé Pessa/DGPF.

#### Tradução / translation Kennis Translations

#### Agradecimentos / acknowledgements

Anabela Valente / Gabinete de Estudos Olisiponenses / projeto Testernunhos do Escravotura João Carlos Oliveira / Herneroteca Municipal de Lisboa Museu Nacional de Arte Antiga/Direção-Geral do Património Cultural Torre do Tombo / Direção-Geral do Livro, dos Arquivos ed as Bihidrecião-Geral do Livro, dos Arquivos

#### Papel / paper - FSC 110 g/m2 Formato size

Selos / stamps: 40 x 30.6 mm Picotagem / perforation 12<sup>14</sup> x 12 e Cruz de Cristo / and Cross of Christ Impressor / printer - Cartos Folhas / sheets - Com 25 ex. de cada taxa / with 25 copies of each value

Sobrescrito de 1.º dia / FDC C6 - C0,56

Pagela / brochure €0,85

Obliterações do 1.º dia em First day obliterations in

Loja CTT Restauradores Praça dos Restauradores, 58 1250-998 LISBOA

Loja CTT Município Rua da Firmeza, 588 4000-226 PORTO

Loja CTT Zarco Av. Zarco 9000-069 FUNCHAL

Loja CTT Antero de Quental Av. Antero de Quental 9500-160 PONTA DELGADA

Encomendas a / Orders to FILATELIA Rua João Saraiva, 9 1700-248 LISBOA

Colecionadores / collectors filatelia@ctt.pt www.ctt.pt www.facebook.com/Filateliactt

O produto final pode apresentar pequenas diferenças. Slightly differences may occur in the final product.

Design: MAD Activities Impressão / printing: Futuro, Lda.

# 15 CANOS ABOLICÃO ESCRAVATURA EM PORTUGAL





## 150 ANOS DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA EM PORTUGAL

Por Decreto de 25 de fevereiro de 1869, a escravatura é abolida em todos os territórios que compunham Portugal, declarando-se libertos todos os escravos. O Decreto foi da iniciativa do Marquês de Sá da Bandeira, e punha fim a um longo e degradante ciclo, iniciado em 1441 com a captura dos primeiros negros escravizados na costa sul do Cabo Bojador, na expedição ao Rio de Ouro, trazidos nos navios capitaneados por Antão Gonçalves e Nuno Tristão.

Portugal iniciava o processo de comércio atlântico, juntamente com negreiros franceses, ingleses, espanhóis, holandeses e, posteriormente, brasileiros e norte americanos, que se prolongou por mais de quatro séculos, envolvendo no total entre 10 a 14 milhões de pessoas escravizadas. As suas consequências alteraram radicalmente os destinos de dois continentes, África e América, e influenciaram de forma decisiva o desenvolvimento do continente europeu.

O comércio esclavagista foi alvo de críticas, algumas de natureza moral, outras meramente económicas. Quando, em 1761, o Marquês de Pombal faz publicar o alvará em que proíbe o transporte de escravos para Portugal, teve como finalidade canalizar o comércio de pessoas escravizadas para as minas e plantações do Brasil, intenção que prevalece sobre as preocupações de carácter humanitário, que também considera. O Decreto de 25 de fevereiro de 1869 foi o culminar de um processo legislativo, iniciado em 1858, que visava a extinção do estado de escravidão de seres humanos em Portugal, e que teve em Sá da Bandeira o seu principal obreiro.

Anabela Valente Ana Cristina Leite Curadoria do projeto *Testemunhos da Escravatura* Gabinete de Estudos Olisiponenses - Câmara Municipal de Lisboa



